

CONTRA COLONIZAÇÃO DE CONCEITOS GEOGRÁFICOS:
Pensando o território na perspectiva das comunidades tradicionais e dos terreiros de Candomblés

AGAINST COLONIZATION OF GEOGRAPHICAL CONCEPTS:
Thinking of the territory from the perspective of traditional communities and terreiros de Candomblés

CONTRA LA COLONIZACIÓN DE CONCEPTOS GEOGRÁFICOS:
Pensar el territorio desde la perspectiva de las comunidades tradicionales y terreros de los Candomblés

Gleidson Sena Dias

Professor Licenciado em Geografia (2012) e Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2017). Tutor do curso EaD de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB polo Ipiatú semestre 2020.1. gleidsoncachoeira@hotmail.com

Resumo

Questionar a hegemonia das epistemologias eurocêtricas faz-se necessário para que possamos produzir ciência, estudos e conhecimentos de modo coerente com as civilizações que são basilares na formação socioespacial brasileira. Assim, esse texto apresenta discussões que demarcam: i) O processo de epistemicídio causado pelos europeus à civilização africana os quais apontam o mito da epistemologia eurocêntrica como única forma de pensar e produzir ciência; ii) A possibilidade de utilização de epistemologias africanas para pensar, entender, e produzir ciência, compreendendo a indissociabilidade entre sujeito e objeto, homem-natureza; iii) formas possíveis para um suleamento das ações docentes no reverso ao silenciamento e apagamento das memórias da população afrodescendentes e civilização africana.

Palavras-Chave: Território, Cosmovisão Africana, Comunidades Tradicionais.

Abstract

Questioning the hegemony of Eurocentric epistemologies is necessary so that we can produce science, studies and knowledge in a way that is coherent with the civilizations that are fundamental to Brazilian socio-spatial formation. Thus, this text presents discussions that demarcate: i) The process of epistemicide caused by Europeans to African civilization which point to the myth of Eurocentric epistemology as the only way of thinking and producing science; ii) The possibility of using African epistemologies to think, understand, and produce science, understanding the inseparability between subject and object, man-nature; iii) possible ways for a streamlining of teaching actions in reverse to the silencing and erasing of the memories of the Afro-descendant population and African civilization.

Key words: Territory, African worldview, Traditional Communities.

Resumen

Cuestionar la hegemonía de las epistemologías eurocéntricas es necesario para que podamos producir ciencia, estudios y conocimiento de manera coherente con las civilizaciones fundamentales para la formación socioespacial brasileña. Así, este texto presenta discusiones que demarcan: i) El proceso de epistemicidio provocado por los europeos a la civilización africana que apunta al mito de la epistemología eurocéntrica como la única forma de pensar y producir ciencia; ii) La posibilidad de utilizar epistemologías africanas para pensar, comprender y producir ciencia, entendiendo la inseparabilidad entre sujeto y objeto, hombre-naturaleza; iii) posibles vías para una racionalización de las acciones docentes en contraposición al silenciamento y borrado de la memoria de la población afrodescendiente y de la civilización africana.

Palabras clave: Territorio, Cosmovisión africana, Comunidades tradicionales.

Introdução

Quando é mencionado o termo “território”, penso que de modo inevitável, a imagem mental de um Estado, de um país, ou mapa mundi é o primeiro registro que se apresenta, pois os saberes escolares ensinam essa referência. Entendo que essa percepção revela como é construída uma ideia acerca do entendimento de território, que está amalgamada no poder, em especial o poder do Estado. Autores como Friedrich Ratzel (1990) ratificam esse entendimento ao vincular a percepção de território a de poder.

A perpetuação desse modo de ver e pensar esse conceito, como outros tantos da área de conhecimento da Geografia, faz parte do processo de eurocentração, ao qual eu posso dizer que somos condicionados, já que, historicamente, em sua grande maioria, o arcabouço científico epistemológico que nos foi apresentado é eminentemente eurocêntrico. Observo essa perspectiva epistemológica nas grades curriculares dos currículos da educação básica ou das universidades, o que silencia outros saberes e formas de fazer ciências e epistemologias de diferentes povos, apagando outras culturas.

Um exemplo desse processo de invisibilidade de diferentes modos de dialogar com outros conhecimentos está na ausência de referências dos saberes científicos, que advém do continente africano. A África apresenta um legado de produção industrial, científica, artesanal, agrícola, de engenharia e astronomia muito mais antigo que a contagem cronológica feita pela era comum (a. C antes de Cristo, referência de calendário cristão eurocêntrico) (MOORE, 2020). E esse repertório é violentamente negligenciado de acordo com a perspectiva que discuto nesse artigo.

Machado exemplifica que a astronomia egípcia já era uma ciência organizada no Egito e que se conhece dispositivos capazes de marcar o fenômeno do solstício que datam de “cerca de 1000 anos mais velho do que Stonehenge no Reino Unido” (MACHADO, 2014, p. 15). Essa constatação reflete quem são os sujeitos que constroem as epistemes e quais são as valorizadas ou excluídas. Defendo a importância de contemplar essas discussões, porque aproximadamente 4 milhões de pessoas foram traficadas da África para o Brasil (REIS, 2000) e de acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), mais de 50% da população nacional é composta por negros e pardos¹, assim,

1 Critério de classificação populacional utilizado pelo IBGE nas pesquisas dos Censos Demográficos.

faz muito sentido para nós pensar e fazer ciência olhando para o berço do surgimento do *homo sapiens*, ou seja, África.

Dessa forma, entendimentos eurocêntricos de fazer ciência, apesar de servirem de base em estudos de diversas naturezas, não dão conta de debates relacionados às questões imateriais presentes na essência de outros povos historicamente desconsiderados.

Nessa perspectiva surge o questionamento: como pensar o território das comunidades tradicionais e de terreiros de candomblés, partindo do entendimento que são recriações de África aqui no Brasil?

Para tanto, utilizo-me dos conhecimentos produzidos por intelectuais negros(as), a exemplo de Romosse (2011), Marimba Any (1994) e Carlos Moore (2000), que discutem e apresentam encruzilhadas de possibilidades para repensar formas como produzir e sistematizar conhecimentos pautados(as) em epistemologias africanas.

Partindo desta premissa, esse texto surge a partir das discussões que emergiram do curso de extensão Cosmovisões Negras e Indígenas: contra-colonialidade do pensamento geográfico, quando ministrei o módulo contra colonização do conceito de território: pensando o território na perspectiva das comunidades tradicionais e dos terreiros de candomblé².

Assim, proponho discutir como o conceito de território, que é pautado na perspectiva científica e epistemológica eurocêntrica, pode ser ampliado a partir de uma episteme filosófica africana, que valoriza a forma de pensar e ser do indivíduo no mundo.

Ressalto que esse texto é o início de um processo reflexivo sobre questões que julgo merecer aprofundamento. Sobre esse viés, adianto que há vários pontos presentes na discussão do texto serão abordados e aprofundados em outros trabalhos.

2. Eurocentrismo e o mito da epistemologia unica

Para discutir o conceito de território com base no eurocentrismo, penso necessário trazer alguns pontos que foram importantes para o estabelecimento da ciência nos moldes eurocêntricos. O primeiro aspecto, trata acerca do pensamento sobre a natureza e o sujeito que são vistos de forma separada. E ao separá-los causa uma modificação na relação sujeito-

2 O curso foi voltado para estudantes da área de Geografia, mas esse modulo, especificamente, teve como participantes professores em formação inicial do Curso de Licenciatura em Geografia, bem como pessoas ligadas a outras áreas do conhecimento

objeto, criando uma concepção de humano pautada na diferenciação entre eu e o outro, como afirma Pessanha (2019, p. 170)

A relação sujeito-objeto determinava que o ser pensante, enquanto sujeito, poderia estabelecer as normas de categorização do objeto, definindo-o assim a partir de propriedades meramente racionais ou empíricas, em que a experiência poderia definir o que é o objeto.

Na justa medida que se trabalha e cria-se a categorização para o enquadramento do objeto, automaticamente delimitam as características de quem poderia ser chamado de sujeito. Na perspectiva eurocêntrica o sujeito é dotado de racionalidade, de inteligência, linguagem, razoabilidade, ou seja, há o processo de humanização e nessa perspectiva estabelece-se quem pode ser visto como humano (PESSANHA, 2019).

Assim, a ciência é reorientada e pautada em uma única episteme, que tem como bússola o modelo civilizatório e filosófico grego, que ratifica a exploração, escravização e, conseqüentemente, a dizimação de outros povos, que não se enquadravam no modelo de humano estabelecido, o qual era pautado na racionalidade³.

Nesse sentido, na relação entre o Outro e o Eu, outro é o diferente, e tudo que é diferente é inferior, e, portanto, não humano. Tudo aquilo que fogia da lógica do pensamento e entendimento eurocêntrico não era concebido como filosofia ou ciência, o pensar era privilégio do humano. Na perspectiva de Sueli Carneiro, essa produção do outro como diferente apresenta, para além de um dispositivo de racialização, uma estratégia de dominação. Segundo a autora

Esse eu, no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. Podemos afirmar que o dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação (2005, p.42).

3 Racionalidade é um termo criado pelo eurocentrismo para separar o que eles chamam de indivíduo que pensa daquele que não pensa. Esse processo desqualificação do outro é a base para a desumanização e escravização de civilizações, a exemplo da africana. Assim, o eurocentrismo vai determinar quem é humano e quem não é, quem pensa e quem não pensa, quem produz conhecimento e quem não produz.

Esse entendimento do branco como raça superior e a Europa como centro civilizatório é respaldado por entidades como a Igreja católica, o que pode ser observado nos escritos do Papa Paulo III, ao afirmar que “todos os homens são animais racionais”, mas essa humanidade não se estende aos “africanos, aos ameríndios, aos australasianos e, muito menos, às mulheres” (RAMOSE, 2011, p. 8).

Outro marco importante desse processo, parte de filósofos iluministas ao estabelecerem o enquadramento do conhecimento científico em uma métrica, um padrão criado e que pudesse ser controlado, testado. Estes limitaram a produção científica ao continente europeu, pois em outras civilizações, a exemplo da africana, a materialidade e imaterialidade são indissociáveis, não seguindo os parâmetros estabelecidos, como a razão e o racionalismo. A conhecida frase “Penso, logo existo”, do filósofo René Descartes (1985) ratifica esse entendimento, pois o pensar, o raciocinar, a inteligência são atos que os pensadores da época atribuíram como inerentes apenas àqueles dotados de humanidade, e esta era negada aos negros, pois segundo Pessanha (2019, p. 172)

O pensamento ocidental se pautou na legitimidade da razão para construir dogmas que anulassem a existência de qualquer outro tipo de humanidade. Era preciso negar a humanidade de povos não-europeus para que assim pudessem controlá-los por meio da força, da vigilância e do poder.

Essa desautorização, por parte da civilização europeia, do direito à condição de humano ao negro foi e continua sendo uma das estratégias de dominação utilizada na modernidade. O silenciamento do corpo e da mente. E isso consequentemente implica no modo como o entendimento do que vem a ser território é estabelecido.

Assim, discuto algumas concepções sobre o território. A primeira delas retoma a ideia de mapa, de um Estado, País, já que essa é a percepção mais difundida e aceita sobre a noção de território (SOUSA, 2007). Nessa perspectiva o autor discorre que

Os territórios são construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o território nacional (SOUSA, 2007, p. 81).

De modo imediato, nota-se que a relação do homem com o território é de uso, mercadológica, apropriação, capitalista, ou seja, uma relação de poder e de dominação. O território é concebido pela sua dimensão de materialidade.

Já Rogério Hasbaert (2011) e Marco Aurélio Saquet (2015) apresentam uma concepção de território que abarca também a dimensão imaterial. No entendimento de Hasbaert (2011, p. 79) “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólicos das relações de ordem mais estritamente cultural”. Mas a qual cultura o autor se refere?

Saquet demonstra em sua concepção de território uma visão mais conexa entre materialidade e imaterialidade. Sobre o território ele advoga

Estou, sou (faço parte), vivo e produzo o território e, percebo-o, concebo-o, com os meus sentidos, podendo chegar a um nível sempre mais profundo de conhecimento. [...] O território precisa se expressar no pensamento. Há ligações e relações no real e no pensamento, o que nos remete a pensar numa relação sujeito-objeto bastante delicada e num nível em que a razão e a emoção se coadunam incessantemente. O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade. (SAQUET, 2015, p. 174).

Nota-se que, apesar de mais guinado à imaterialidade, o entendimento do autor reflete a episteme eurocêntrica, baseada na separação sujeito-objeto, que não dialoga com todas as dimensões do sujeito afrodiaspórico e seus descendentes.

Partindo do entendimento que o pensamento geográfico brasileiro está, em sua grande maioria, ancorado em epistemologias eurocêntricas, especialmente alemã e francesa, questiono-me: Será que esse pensamento epistemológico “uno” consegue entender, explicar, dialogar com concepções de mundo, de vida, de natureza diferentes da eurocêntrica, a exemplo da africana? Como entender a realidade de um país, que a formação socioterritorial é sustentada, em sua grande maioria, pelo contingente populacional negro, que foram raptados da África e trouxeram toda sua carga cultural, histórica, mítica, ideológica, religiosa, olhando através de um prisma completamente alheio a essa realidade?

Advogo que pensar o conceito de território dissonante dessa concepção implica em ir de encontro a uma epistemologia dominante e solidificada no ambiente acadêmico, mas que de alguma forma, faz-se extremamente necessário ante o contexto exposto até aqui.

3. Sujeito e território: Pensando a partir da filosofia e cosmovisão africana

Acerca da relação africana com a natureza, e consecutivamente com o território, três pontos guiam as reflexões que desenvolvo nesse texto: i) Observação, enquanto candomblecista, da relação respeitosa, fluída, ecológica dos terreiros de candomblés com a natureza, com o meio ambiente; ii) As falas ditas por quilombolas durante as entrevistas realizadas na Comunidade Quilombola de Santiago do Iguape, no município de Cachoeira-Ba, no período que realizei minha pesquisa de mestrado; iii) E o confronto com a perspectiva epistemológica afrocentrada de pensar o mundo, a relação com a natureza (entendo aqui natureza no sentido expansivo onde o indivíduo não é separado dela).

Para melhor entendimento acerca da necessidade de pensar o território das comunidades tradicionais e dos terreiros de candomblés a partir de uma outra epistemologia, ou seja, outro referencial que não esse que está posto, alicerçado nos parâmetros eurocêntricos de pensar o mundo, a natureza e o sujeito, aqui proponho um *suleamento*⁴ do modo de pensar, olhando sob o prisma da Filosofia e da Cosmovisão Africana, que irá nos (re)orientar nessa caminhada em buscar de (re)pensar o mundo, a natureza-sujeito.

Na perspectiva da cosmovisão africana, segundo a antropóloga africana Marimba Ani (1994) e o etnólogo e cientista social Carlos Moore (2020), a natureza e indivíduo não podem ser compreendidos dissociadamente, tendo em vista que este é parte integrante da natureza. Assim sendo, enquanto negro afrodiaspórico com raízes no candomblé, observo que uma epistemologia que secciona indivíduo-natureza não é adequada para análises, discussões e estudos que envolvam, por exemplo, comunidades tradicionais e terreiros de candomblés. Acerca desse processo Any (1994, p.42) mostra que

A visão-de-mundo Africana, e as visões-de-mundo de outros povos que não são de origem Européia, todas parecem ter certos temas em comum. O universo a que se referem é sagrado na origem, é orgânico, e é um verdadeiro “cosmos”. Os seres humanos são parte do cosmos, e, como tal, se relacionam intimamente com outros seres cósmicos. Conhecimento do universo vem através de relacionamento com ele e através da percepção do espírito na matéria.

⁴Para maior aprofundamento sobre o termo ver: CAMPOS, Marcio D’Oliveira. A Arte de Sulear-se. In: SCHEINER, Teresa Cristina (coord.). **Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental**, Rio de Janeiro: TACNET Cultural/UNI-RIO, 1991

Nesse entendimento, a natureza e o indivíduo são cosmos, logo, na compreensão africana o pensar, ser e sentir, não podem ser separados, fragmentados, pois essa cisão promove o esvaziamento do ser, causando a desorientação do corpo e da mente.

Para compreender as relações existentes entre as comunidades quilombolas, terreiros de candomblés e seus territórios, é preciso se permitir pensar fora da lógica de mundo eurocêntrica. Ressalta-se que a população das comunidades mencionadas, descende daquela que foi raptada, e teve seus laços históricos, de cultura, familiar e de pertencimento, quebrados ao serem trazidos para essa terra que hoje conhecemos como Brasil.

O rapto e a inserção da população africana, submetida ao sistema de escravidão, a outra cultura, sob outros valores, a outros signos históricos e míticos dificultaram, mas não impediram que o arcabouço cultural, identitário, espiritual religioso, linguístico, culinário, histórico e memorilístico fossem moldados para que pudessem sobreviver à nova realidade. Acerca do processo de subjugação dos negros aqui no Brasil, ALBUQUERQUE e FILHO (2006, p. 95) ressaltam

Num primeiro momento, o escravo recém-vindo da África era submetido a um treinamento conduzido por senhores e feitores.

Estes ensinavam os rudimentos da língua portuguesa, principalmente os que fossem necessários para compreender as ordens do senhor e do feitor. Senhores e feitores ensinavam também tarefas, impunham disciplina e formas de deferência. Na cartilha senhorial, antes de tudo, era preciso definir e deixar claro quem mandava e quem obedecia. O senhor desejava também que o cativo compreendesse os rudimentos da religião católica, sobretudo aprendesse a rezar.

Mas, quando observo o modo de vida da população negra quilombola, e de terreiros de candomblé, noto a preservação de muitos elementos oriundos das comunidades africanas, origem de seus ancestrais. Não apenas o modo de vida difere dos europeus, mas também a relação com a terra, com a natureza e com o território. Os afrodiáspóricos, assim como seus ancestrais, entendem a terra, a natureza como potência criadora, como parte de si, não havendo binarismos entre material e imaterial, sagrado e profano, todos confluem para a criação da força vital (OLIVEIRA, 2003).

O diálogo sobre filosofia e cosmovisão africana me leva a refletir sobre uma frase dita por uma pessoa quilombola ao responder a entrevista de pesquisa para a minha dissertação de

mestrado defendida em 2017⁵. Ao ser questionado sobre a representação do rio para a comunidade o entrevistado responde que

É como ser um pai, uma mãe. Quem me criou, criou meu pai, meus avós foi essa perna de rio. E era o único meio de transporte que tínhamos aqui há muitos tempos atrás. Mesmo o poder de alguns vem destruindo o nosso rio, é daí que nós tiramos ainda o nosso sustento (DIAS, 2017, p. 138).

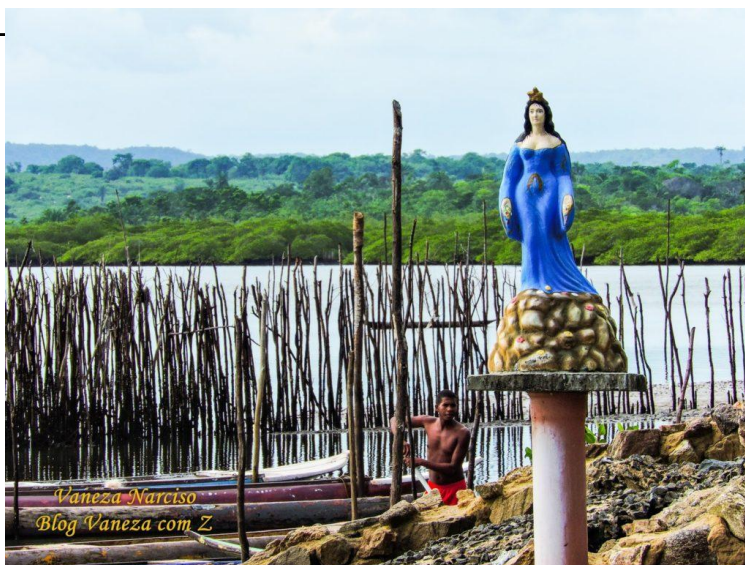
Da fala é possível depreender que a relação da comunidade, que também é pesqueira, com o rio não se restringe à dimensão material de uso e exploração do recurso, há o sentimento de pertencimento que ultrapassa a posse, é um pertencer de fazer parte, de completude do ser, de maternidade e paternidade.

Ao relacionar o rio com a mãe e o pai, o entrevistado recorre à ancestralidade, demonstrando relação de intimidade, respeito e sacralização. Acerca dessa percepção e ligação entre- sagrado e território, Dantas (2018, p. 186) informa que “a conexão entre ancestralidade e território deriva uma reflexão sobre o tempo ancestral como um movimento atrelado ao espaço ancestral por serem articulados pela diáspora africana”.

Essa ligação é observada de modo mais marcante nas religiões de matrizes africanas, em especial o candomblé, onde as representações das Orixás femininas, também conhecidas como Iyagba (mãe rainha). A representação da mãe protetora presente no imaginário social, principalmente da população negra, é atribuída a Orixá Yemanjá, fato que pode explicar a representatividade da imagem que encontra-se localizada à margem do Rio Paraguaçu na Comunidade Quilombola de Santiago do Iguape. Yemanjá, a mãe que protege, que abençoa seus filhos ao saírem para a pesca e não os deixa voltar para casa sem o sustento da família (Imagem 01). Vale lembrar, que em várias comunidades africanas a figura feminina desempenha papel central na sociedade, pois são matriarcais.

IMAGEM 01 – Yemanjá às margens do Paraguaçu

5A pesquisa foi realizada na comunidade Quilombola de Santiago do Iguape, no município de Cachoeira, Recôncavo Baiano, vivendo às margens do Rio Paraguaçu, a população sofre com os impactos da construção da Barragem e Hidrelétrica de Pedra do Cavalo no rio a montante da comunidade.



FONTE: <https://www.vanezacomz.com.br/reconcavo-baiano-sao-francisco-paraguacu-santiago-iguape-bahia>

Outro exemplo a ser abordado é a relação dos terreiros de candomblé com a natureza, tendo em vista que só há candomblé, se houver natureza. Essa (re)criação da religiosidade africana aqui no Brasil está intimamente ligada à natureza. Ligação no sentido de conexão, de pertencimento, de imaterialidade-materialidade, de sacralização, não há candomblé sem folha, sem água, sem terra, sem território, sem sangue, sem a natureza, por isso a indissociabilidade entre esses elementos, já que constituem a força vital (OLIVEIRA, 2003).

A associação entre material e imaterial, de cada elemento da natureza a determinado Orixá, a exemplo de Yansã – senhora do vento-, Yemanjá – senhora da água salgada -, Oxum – senhora da água doce-, e etc., já demarca essa simbiose. A respeito dessa relação de materialidade e imaterialidade, Barbara (2002, p. 137) expressa que “como Oiá-Iansã representa o vento, toda a sua gestualidade e movimento expressam não só mimeticamente, mas também sensualmente a instabilidade, o desequilíbrio, a fúria majestosa do vento”.

As relações dos terreiros de candomblé com o território, transcendem os entendimentos e demarcações de territoriais convencionais, pois muitas vezes a mata, o mar, o riacho, a cachoeira está localizada fora dos limites físicos do terreiro, contudo é parte do território simbólico, imaterial, cósmico do terreiro. Conceitos de territórios como os já citados no texto não abarcam essa realidade.

4. Proposições

É preciso assumir que o processo de escravização se deu, não apenas em aspectos físicos, mas atravessou e mutilou toda subjetividade do corpo negro ancestral. Subjetividade (re)criada em pequenas Áfricas, a exemplo dos quilombos, terreiros de candomblés e suas singulares formas de organizações.

Mas para entender o que é esse modo de vida africano é imperativo fazer o movimento da Sankofa, olhar para trás, buscando os conhecimentos que os ancestrais produziram, para caminhar com coerência e sabedoria. Para tanto é urgente repensar as matrizes curriculares de todos os níveis educacionais, pois não adiantar haver leis que garantam a inserção de conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira nas escolas se não temos esses conteúdos nas formações dos professores.

Compreender que a relação histórica do negro afrodiaspórico com a terra, com o território transcende a materialidade e exploração de recursos; não há separação, dicotomização objeto-sujeito na perspectiva africana de ser e estar no mundo. Nesse sentido, epistemologias eurocêntricas não oferecem bases para estudo, diálogo, compreensão de questões relacionadas à população supracitada, como, por exemplo, questões territoriais de comunidades tradicionais e terreiros de candomblé.

A percepção dessa simbiose se faz possível quando há um despir da concepção de indivíduo e natureza que foi criada pela ciência racionalista, e se permitir sentir, não apenas pensar. Desta forma, deixo o convite que possamos pensar e construir conceitos de território nessas novas bases.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: CEAO/UFBA e Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANI, Marimba. **Yurugu: Uma Crítica Africano-Centrada do Pensamento e Comportamento Culturais europeu**. NJ, EU: Africa World Press, 1994.

BARBARA, Rosamaria. **A dança das Aiabás: dança, corpo e cotidiano das mulheres de candomblé**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

DANTAS, Luis Thiago Freire. **Filosofia desde África**: perspectivas descoloniais. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

DESCARTES, Rene. **Discurso do método**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

DIAS, Gleidson Sena. **Aliados da terra**: (des)territorialização e (des)caminhos da comunidade quilombola de Santiago do Iguape em Cachoeira-Ba. Relatório técnico de mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2017

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 3ª ed, Belo Horizonte: Nandyala, 2020.

MACHADO, Carlos Eduardo D.. **Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente**. 2ª. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza, CE: L. C. R., 2003.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata R. Intern. Fil.** Paraíba, V. 10. n. 2, p. 167-194, 2019.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Tradução de Rafael Medina Lopes, Roberta Ribeiro Cassiano Dirce Eleonora Nigro Solis. **Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, V. IV, out. 2011.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem. In: MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo - SP: Ed. Ática, 1990.

REIS, J.J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de Território.** Outras Expressões; São Paulo, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L., (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2007, p.77-116.